

Burrice social

A crise econômica brasileira já dispõe de um precioso aliado para perpetuar-se: o relatório da Comissão da Ordem Social, da Assembléia Nacional Constituinte. Uma leitura atenta daquele documento, em exame na Comissão de Sistematização, sugere a existência de um país paralelo, sem qualquer compromisso com a chamada vida real.

Lá, crise é mera figura de retórica e as aflições da coletividade são aplacadas com o bálsamo da demagogia. Os agentes da produção — empresários e trabalhadores — são apresentados como adversários congênitos e irreconciliáveis. E busca-se convencer a opinião pública da veracidade de uma insólita equação: a de que menos trabalho é igual a mais riqueza.

O Brasil vive um dos momentos mais dramáticos de sua história. A crise econômica atinge a todos — horizontal e verticalmente. Somos um País pobre que custou a se dar conta disso. Para suprir os erros acumulados durante tantos anos, não há saída: é preciso trabalhar. Não importa o nível intelectual de cada contribuinte, em cada cabeça há uma mesma sentença: só o aumento da produção, aliado a um espírito de austeridade que não nos tem sido historicamente habitual poderá nos acenar com novos horizontes.

Para a Comissão da Ordem Social, porém, nada disso é verdade. Lá, sonha-se com um país sem patrões — mas, naturalmente, com muitos empregos e empregados. Sugere-se o milagre, mas não se revela a receita. O ponto de vista dos xilitas triunfou e, espantosamente, está aberta a temporada de caça ao bom senso.

Se o desemprego é uma epidemia, a Comissão não hesita: determina que se estabeleça a estabilidade no emprego, a partir dos 90 dias de carteira assinada do empregado. Ora, quem transmite estabilidade ao empregado é a saúde econômica do empregador. E esta certamente não se obtém por via de lei ordinária ou de norma constitucional. Somente o respeito às leis do mercado (afinal, somos ou não um País que optou pela livre iniciativa?) pode conferir essa estabilidade. E o documento daquela comissão consagra o intervencionismo mais retrógrado e obtuso, que nos remete ao cartorialismo colonial.

Não é só. Para aumentar a produção — caminho que se supõe inevitável para um País mergulhado em déficit e escassez —, os xilitas prescrevem: reduza-se a jornada de trabalho semanal de 48 para 40 horas. E aí vem o milagre: menos trabalho é igual a mais produção.

Tem mais. Como se já não bastasse o fato de que, no Brasil, o ano dos assalariados tem 13 meses, a Comissão achou pouco. Criou mais dois. Ao entrar de férias, o trabalhador do "País dos palanques" recebe nada menos que dois salários.

Seria cômico se não fosse trágico. Esse país de ficção, extraído da mente alienada de um punhado de xilitas, ameaça transbordar para a vida real — cujo quadro clínico já não é dos melhores. Mais uma vez, resta apelar ao bom senso dos membros da Comissão de Sistematização, em cujas mãos repousa, neste momento, o destino do País.

Cabe-lhe definir onde afinal viveremos — se no país dos xilitas, se no país do bom senso.